alterações posteriores na sua qualificação ou de seu produto, capazes de afetar a sua condição de pré-qualificado.

Art. 125. A PRODEPA poderá realizar licitação restrita aos pré-qualificados, justificadamente, desde que:

I - a convocação para a pré-qualificação discrimine que as futuras licitações serão restritas aos pré-qualificados;

II - na convocação a que se refere o inciso I deverá constar estimativa de quantitativos mínimos que a PRODEPA pretende adquirir ou contratar nos próximos doze meses e de prazos para publicação do edital.

Parágrafo único. Na hipótese de licitação restrita a fornecedores ou produtos pré-qualificados, a convocação será encaminhada por meio eletrônico a todos os pré-qualificados no respectivo segmento do objeto da licitação, observando-se ainda:

I - poderão participar da licitação apenas os fornecedores cujos pedidos de pré-qualificação tenham sido aprovados até a data determinada na convocação;

II - serão aceitos na licitação apenas produtos que tenham sido pré-qualificados e/ou homologados, ou cuja documentação ou amostra tenham sido apresentadas até a data determinada no aviso publicado antes da realização da licitação.

SEÇÃO II

DO CADASTRAMENTO DE FORNECEDORES

Art. 126. A PRODEPA utilizará o Cadastro de Fornecedores do Governo do Estado do Pará para a habilitação dos inscritos em procedimentos licitatórios e para anotações da atuação do fornecedor no cumprimento de obrigações assumidas.

Art. 127. O cadastramento deve ser realizado no Portal de Compras do Governo do Estado do Pará.

Art. 128. A PRODEPA poderá adotar cadastro próprio para registro cadastral de fornecedores.

Art. 129. Os registros cadastrais ficarão permanentemente abertos para a inscrição de interessados e serão válidos por até 12 (doze) meses, podendo ser atualizados a qualquer tempo.

SEÇÃO III

DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Art. 130. O Sistema de Registro de Preços a ser praticado pela PRODEPA utilizará os princípios e as diretrizes deste Regulamento e do Decreto Estadual nº 2.121/2018 e, no que couber, o Decreto Estadual nº 1.887/2017.

Art. 131. Será adotado, preferencialmente, o Sistema de Registro de Preços, nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes, com maior celeridade e transparência;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela PRODEPA.

Art. 132. O Sistema de Registro de Preços observará, entre outras, as seguintes condições:

I - realização prévia de ampla pesquisa de mercado;

II - seleção de acordo com os procedimentos previstos em regulamento;

III - controle e atualização periódicos dos preços registrados;

IV - definição da validade do registro;

V - inclusão, na respectiva ata, do registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, assim como dos licitantes que mantiverem suas propostas originais;

VI - as aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na ata de Registro de Preço.

§1º A PRODEPA poderá permitir adesão ou aderir a Atas de Registro de Preços de outras empresas estatais, desde que o regime contratual aplicável seja o da Lei nº 13.303/16, observados os critérios de compatibilidade, conveniência e oportunidade.

§2º Exceto por motivo justo, a PRODEPA participará dos registros de preços de bens e serviços comuns, realizados pela Secretaria de Estado de Administração, na qualidade de órgão gestor do sistema de compras públicas estadual.

Art. 133. O Sistema de Registro de Preços terá as seguintes fases:

I - planejamento;

II - definição do objeto pelo gestor;

III - termos de adesão;

IV - estimativa de custos;

V - licitação;

VI - confecção da ARP;

VII - confecção dos contratos ou documento equivalente com base na ARP;

VIII - acompanhamento (gerenciamento da ARP: preços, caronas, sanções);

IX - alterações de preços na ARP (equilíbrio econômico-financeiro);

X - remanejamento de quotas;

XI - adesão à ARP por não participante, quando for o caso;

XII - sanções administrativas.

Art. 134. É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

Parágrafo único. A adesão parcial só poderá ocorrer, tanto na condição de participante quanto na de carona, quando for possível comprovar que o preço do item, dentro do valor global do lote, foi o melhor dentre todos os concorrentes da licitação.

Art. 135. Cabe ao gestor da Ata de Registro de Preços – ARP, ou da área Gestora, controlar o saldo da ata e submeter à Diretoria Executiva a proposta de aquisição, dentro do prazo de vigência, e prorrogação, se for o caso.

Parágrafo único. O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a 12 (doze) meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme estabelecido no Decreto Estadual nº 2.121, de 28 de junho de 2018, salvo disposição legal.

Art. 136. A área Gestora deverá informar à área de Compras, com antecedência de 04 (quatro) meses do vencimento da vigência da ARP, o interesse ou não quanto a sua prorrogação, para verificação desta possibilidade, respeitado o prazo máximo previsto no parágrafo único do art. 135.

Parágrafo único. Em caso de interesse na prorrogação, deve ser feita consulta aos beneficiários da ARP e pesquisa de mercado para verificar se os preços da ata continuam vantajosos para PRODEPA.

Art. 137. A consulta ao vencedor de ARP gerenciada pela PRODEPA, para fins de adesão de estatais como carona, deve ser feita pela área de Compras, e depende de prévia autorização do gestor da ARP e do fornecedor beneficiário da Ata.

SEÇÃO IV

DO CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO

Art. 138. O Catálogo Eletrônico de Padronização de compras, serviços e obras consiste em sistema informatizado, de gerenciamento centralizado, destinado a permitir a padronização dos itens a serem adquiridos pela PRODEPA que estarão disponíveis para a realização de licitação.

Art. 139. O Catálogo Eletrônico de Padronização deve conter:

I - a especificação de bens, serviços ou obras;

II - descrição de requisitos de habilitação de licitantes, conforme o objeto da licitação;

III - modelo de:

a) instrumentos convocatórios;

b) minutas de contratos;

c) termos de referência e ou projeto básico;

d) outros documentos necessários ao procedimento de licitação que possam ser padronizados.

Art. 140. A PRODEPA poderá utilizar Catálogo Eletrônico de Padronização do Portal de Compras do Governo do Estado do Pará.

CAPÍTULO VIII

DA CONTRATAÇÃO DIRETA

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 141. São situações em que não há necessidade de licitação podendo haver contratação direta:

I - pequenas despesas;

II - dispensa de licitação;

III - inexigibilidade.

§ 1º Na hipótese de pequenas despesas a área demandante deve promover cotação de preços, preferencialmente por meio eletrônico, adotando-se os seguintes procedimentos:

a) os agentes econômicos cadastrados no segmento pertinente ao objeto descrito no termo de referência devem receber o pedido de cotação, sem prejuízo de envio a agentes econômicos não cadastrados, diligenciando-se para que, no mínimo, sejam obtidas 3 (três) propostas, salvo situações excepcionais, devidamente justificadas;

b) o pedido de cotação deve ser acompanhado do termo de referência ou do projeto básico e indicar o prazo para apresentação da cotação;

c) a área demandante deve selecionar o agente econômico de acordo com os critérios definidos no termo de referência ou projeto básico ou projeto executivo, cabendo-lhe, conforme o caso, negociar condições mais vantajosas e exigir documentos de habilitação;

d) a seleção de agente econômico cuja proposta não for a de menor preço deve ser justificada pelo gestor da área demandante.

e) a Gerência de Contratos Administrativos deve avaliar se o procedimento realizado pela área demandante apresenta as informações necessárias e, se não for o caso, diligenciar junto à área demandante ou devolver-lhe o processo para que seja complementado;

f) a contratação direta deve ser precedida de parecer jurídico, inclusive nas hipóteses em que os valores da contratação não ultrapassem os limites definidos nos incisos I e II do Artigo 29 da Lei n. 13.303/2016, devidamente atualizados;

g) a contratação direta deve ser homologada pela autoridade competente;

l) o contrato decorrente de processo de contratação direta deve seguir as regras deste Regulamento.

§2º Nas hipóteses dos incisos II e III se comprovado, pelo órgão de controle externo, sobrepreço ou superfaturamento, responde solidariamente pelo dano causado quem houver decidido pela contratação direta e o fornecedor ou o prestador de serviços.

§3º Nas hipóteses dos incisos II e III, é necessária a confecção de Termo de Referência, Projeto Básico ou Projeto Executivo de modo a registrar a necessidade a ser suprida, vedada a substituição por proposta do fornecedor.

§4º Nos casos de dispensa de licitação por valor, previstos no inciso II deste artigo, é necessária caracterização do objeto e a justificativa técnica da contratação.

Art. 142. A seleção de fornecedor cuja proposta não é a de menor preço, à exceção dos casos de inviabilidade de competição, tratados neste Regulamento, deverá ser justificada em razão de critérios previamente